



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 163/XIII/ 3.ª SL

Aos 27 dias do mês de junho de 2018, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata n.º 161, de 20 de junho de 2018;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação de deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;**
3. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 809/XIII/3.ª (PCP) - Amplia as Fontes de Financiamento da Segurança Social Deputado autor do parecer: José Rui Cruz (PS);**
4. **Definição de metodologia para a discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:* Projeto de Lei n.º 860/XIII/3.ª (CDS-PP) - Cria o Programa Extraordinário de Ingresso de Pessoas com Deficiência na Administração Pública (PEIDPAP);* Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.ª (BE) - Estabelece obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com a diversidade funcional;**
5. **Discussão do Projeto de Resolução n.º 1512/XIII/3.ª (PCP) - Apoio social aos trabalhadores da COFACO na Ilha do Pico;**
6. **Fixação da redação final dos textos dos Projetos de Resolução n.º 1183/XIII/3.ª (BE) - Disponibilização pelo Centro Nacional de Pensões de recibo discriminado da pensão com indicação dos valores que a compõem, em data anterior à do recebimento_ e n.º 1404/XIII/3.ª (PCP) - _Recomenda ao Governo que seja prestada informação detalhada aos reformados e pensionistas sobre os valores das suas pensões e reformas;**
7. **Deliberação sobre a criação do Grupo de Trabalho - Terapêuticas Não Convencionais;**
8. **Deliberação sobre metodologia e calendarização das votações a realizar no âmbito do Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género;**
9. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 823/XIII/3.ª (CDS-PP) - 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro, consagra que, para realizar investimentos estratégicos e estruturantes, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa necessita da autorização da tutela;**
10. **Apreciação da proposta de reunião com representantes da OCDE no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: 4 julho, pelas 18h;**
11. **Outros assuntos.**

-
1. **Apreciação e votação da ata n.º 161, de 20 de junho de 2018;**

Submetida a votação foi a ata supra identificada aprovada por unanimidade.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 163/XIII/ 3.ª SL

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação de deputado autor de parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

Nada havendo a tratar neste ponto da ordem de trabalhos, passou-se de imediato ao ponto seguinte.

**3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 809/XIII/3.ª (PCP) - Amplia as Fontes de Financiamento da Segurança Social
Deputado autor do parecer: José Rui Cruz (PS);**

No terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado José Rui Cruz (PS) procedeu à apresentação do parecer da iniciativa em epígrafe, descrevendo de forma sucinta o objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, o enquadramento legal, e a verificação do cumprimento dos requisitos formais, constitucionais e regimentais aplicáveis. Concluiu então o Senhor Deputado relator pelo cumprimento de todos esses pressupostos, tendo ainda sugerido a introdução de uma alteração na epígrafe de um dos artigos do projeto. Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade.

4. Definição de metodologia para a discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas: Projeto de Lei n.º 860/XIII/3.ª (CDS-PP) - Cria o Programa Extraordinário de Ingresso de Pessoas com Deficiência na Administração Pública (PEIDPAP); Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.ª (BE) - Estabelece obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com a diversidade funcional;

Neste momento, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) solicitou a antecipação da discussão do quinto ponto da ordem de trabalhos, atenta a necessidade da Senhora Deputada Berta Cabral (PSD) se ausentar depois desse debate, o que mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1512/XIII/3.ª (PCP) - Apoio social aos trabalhadores da COFACO na Ilha do Pico;

Entrando-se então de imediato neste ponto, a discussão desenrolou-se nos termos que constam da respetiva informação, para os quais se remete, registando-se as intervenções dos Senhores e das Senhoras Deputadas Rita Rato (PCP), Berta Cabral (PSD), António Carlos Monteiro (CDS-PP), Isabel Pires (BE) e Tiago Barbosa Ribeiro (PS). A final, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), na qualidade de proponente, agradeceu as posições dos demais intervenientes e reiterou a importância de o projeto de resolução integrar o guião de votações da reunião plenária de sexta-feira, 29 de junho.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 163/XIII/ 3.ª SL

6. Fixação da redação final dos textos dos Projetos de Resolução n.º 1183/XIII/3.ª (BE) - Disponibilização pelo Centro Nacional de Pensões de recibo discriminado da pensão com indicação dos valores que a compõem, em data anterior à do recebimento_ e n.º 1404/XIII/3.ª (PCP) - _Recomenda ao Governo que seja prestada informação detalhada aos reformados e pensionistas sobre os valores das suas pensões e reformas;

No âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, foi fixada por unanimidade a redação final dos projetos de resolução em epígrafe.

7. Deliberação sobre a criação do Grupo de Trabalho - Terapêuticas Não Convencionais;

No seguimento da discussão encetada na anterior reunião ordinária da Comissão, procedeu-se à constituição do Grupo de Trabalho - Terapêuticas Não Convencionais, tendo os diferentes Grupos Parlamentares indicado os seguintes membros: pelo GP do PSD, as Senhoras Deputadas Laura Monteiro Magalhães, Carla Barros e Clara Marques Mendes; pelo GP do PS, o Senhor Deputado José Rui Cruz, que exercerá as funções de Coordenador, ficando por designar outro Senhor Deputado do mesmo Grupo Parlamentar; pelo GP do BE, o Senhor Deputado Moisés Ferreira. O GP do CDS-PP ficou de indicar a seu representante, sendo que o GP do PCP não se encontrava presente na sala no momento da discussão deste ponto.

8. Deliberação sobre metodologia e calendarização das votações a realizar no âmbito do Grupo de Trabalho - Parentalidade e Igualdade de Género;

Neste ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), enquanto Coordenadora do Grupo de Trabalho, deu conhecimento que estava em curso um processo legislativo diferente, partilhado pelo GT-PIG e pela Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação (SIND). Deste modo, foi deliberado em conjunto que as iniciativas sobre desigualdades salariais seriam votadas indiciariamente até ao final do presente mês de junho.

A Senhora Deputada Carla Tavares (PS) reiterou a informação prestada pela Senhora Coordenadora, defendendo também que as iniciativas deveriam ter sido tão só tramitadas em uma Comissão, e formulando o desejo de que a votação final global de todas ocorresse na mesma reunião plenária.

De igual modo, a Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) relatou a situação atípica verificada, ultrapassada pela criação de um grupo de trabalho conjunto entre as duas



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 163/XIII/ 3.ª SL

Comissões. Posto isto, concordou com a votação final global conjunta, esperando que a metodologia adotada o pudesse assegurar.

Já o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), depois de recordar que é a Senhora Deputada Sandra Cunha que representa o seu Grupo Parlamentar neste grupo de trabalho, perguntou se já havia previsão para a conclusão dos trabalhos sobre a Parentalidade, tendo a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) respondido que se quanto às matérias da desigualdade o processo estava concluído, tendo a Senhora Presidente da SIND, Deputada Elza Pais (PS) insistido com a realização da votação com a maior brevidade possível, já quanto às matérias da parentalidade se encontrava ainda em falta uma audição, pelo que não haveria coincidência de processos. De qualquer forma, alertou que a aprovação sucessiva de alterações ao Código do Trabalho não prestigiava a Democracia, dificultando a perceção do intérprete e do cidadão comum, entendendo o seu Grupo Parlamentar que as iniciativas deveriam ser votadas em conjunto.

O Senhor Deputado José Moura Soeiro solicitou ainda que o seu nome fosse incluído nos Grupos de Trabalho – Parentalidade e Igualdade de Género e Deficiência durante a ausência, por doença, do Senhor Deputado Jorge Falcato Simões (BE).

Tomou então da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), considerando que o GP do PSD estava a partir do pressuposto que os projetos de lei do PSD, do PAN e do PCP seriam aprovados, o que não era certo, tendo lembrado que o seu Grupo Parlamentar dissera desde o início que desejava ver estas iniciativas votadas antes do Orçamento do Estado (OE) para 2019, pelo que exortou a que se garantisse a votação até à reunião plenária de 18 de julho, o último da 3.ª Sessão Legislativa. Ainda assim, afirmou que os proponentes tinham a prerrogativa de decidir quando seriam votadas as suas iniciativas, anunciando que discutiria este assunto com o seu Grupo Parlamentar.

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) tentou então agendar uma reunião do Grupo de Trabalho para definição de metodologia, o que porém não se revelou possível, e concordou que a votação final global deveria ser realizada na mesma reunião plenária.

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social Wanda Guimarães (PS), que entretanto assumira a presidência em função da necessidade de o Senhor Presidente estar presente na Conferência dos Presidentes das Comissões



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 163/XIII/ 3.ª SL

Parlamentares (CPCP), agendada para a mesma hora, afirmou então que a pronúncia da Comissão aguardaria pela definição da metodologia pelo Grupo de Trabalho.

Recuperou-se então a apreciação do quarto ponto da ordem do dia desta reunião, tendo o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) dado conta que já havia falado com o Senhor Deputado Jorge Falcato Simões (BE) a este respeito, e que apesar de entender que a consulta poderia ser realizada por escrito, não se opunha à realização de uma audição conjunta, tal como sugerido pelo Grupo Parlamentar do BE, acrescentando que era importante que as medidas propugnadas fossem implementadas já com o próximo OE.

Por seu turno, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) afirmou que também o seu Grupo Parlamentar tinha interesse em avançar de imediato com a tramitação destes projetos de lei, propondo a metodologia adotada para a audição conjunta realizada no âmbito do Grupo de Trabalho – Estatuto do Cuidador Informal, e mencionado que os trabalhos poderiam decorrer em Comissão, não vislumbrando a necessidade de constituição de um grupo de trabalho para o efeito.

A Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) lembrou a existência de projetos de resolução sobre a mesma matéria [em especial o Projeto de Resolução n.º 1437/XIII/3.ª (PSD)], que porém se apurou já terem sido votados em reunião plenária, pelo que não podiam ser considerados neste processo.

Foi assim acordado que a reunião teria lugar na sexta-feira, 13 de julho, pelas 15h30, e não antes devido à realização nesse mesmo dia do Debate sobre o Estado da Nação.

9. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 823/XIII/3.ª (CDS-PP) - 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro, consagra que, para realizar investimentos estratégicos e estruturantes, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa necessita da autorização da tutela;

A propósito deste ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), que solicitou a fixação de um prazo para a apresentação de propostas de alteração à iniciativa. Em sentido contrário, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) defendeu que se passasse de imediato à votação, tendo a Senhora Presidente em exercício comunicado que se seguiria a metodologia habitual, que passava pela definição de um prazo para a apresentação de propostas



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 163/XIII/ 3.ª SL

de alteração pelos diferentes Grupos Parlamentares, de acordo até com o n.º 1 do artigo 153.º do Regimento da Assembleia da República (RAR), o que não havia sido cumprido.

Contrapôs o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) que o agendamento da discussão e votação de uma iniciativa pressupunha a disponibilidade para apresentar propostas de alteração, sublinhando que nenhum dos Grupos Parlamentares manifestara vontade de as apresentar, e referindo ainda que o pedido de agendamento fora suscitado nesses termos na reunião de Mesa e Coordenadores da semana anterior.

No seguimento desta intervenção, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) solicitou então o adiamento deste ponto e a fixação expressa de um prazo para o envio de propostas de alteração, propondo o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) o dia 29 de junho de 2018, pelas 18h, como data-limite para a remessa de propostas. A Senhora Presidente em exercício recordou que faltava ainda indicar o representante do GP do CDS-PP no Grupo de Trabalho - Terapêuticas Não Convencionais.

10. Apreciação da proposta de reunião com representantes da OCDE no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: 4 julho, pelas 18h;

Foi deliberada por unanimidade dos presentes a realização deste reunião no dia indicado, mas na Assembleia da República, e não no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, devendo ser promovidas todas as diligências para o efeito.

11. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) perguntou pelo estado da Petição n.º 335/XIII/2.ª - «Solicitam a definição de reformas justas e o reconhecimento da profissão de pedreiro como de "desgaste rápido"», tendo sido esclarecido que se aguardava a resposta do Governo ao pedido de informações formulado em janeiro do corrente. Perante isto, o Senhor Deputado sugeriu que se fixasse um prazo para a resposta do Governo, findo o qual se procederia à apresentação e votação do relatório final.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 163/XIII/ 3.^a SL

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) propôs então o agendamento de um ponto autónomo sobre esta questão para uma futura reunião, de maneira a que a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) – a relatora da petição – pudesse participar na discussão e proceder aos eventuais esclarecimentos que se revelassem necessários.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de julho de 2018.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 163/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Maria das Mercês Borges
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Berta Cabral
Helga Correia
Rui Cruz

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Joana Barata Lopes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Pedro Roque